

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 530.383 - SP (2019/0258931-7)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : FABIO ROGERIO DONADON COSTA**  
**ADVOGADO : FABIO ROGERIO DONADON COSTA - SP338153**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : THAIS DOS SANTOS PEREIRA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de THAIS DOS SANTOS PEREIRA, em face de acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado (fl. 66):

TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES - RÉUS QUE ENVOLVENDO ADOLESCENTE TRANSPORTAVAM E MANTINHAM EM DEPÓSITO 10 KG DE MACONHA - DEPOIMENTOS DOS POLICIAIS EM SINTONIA COM O ACERVO PROBATÓRIO, A MERECER CREDIBILIDADE - TRAFICÂNCIA COMPROVADA - CONDENAÇÕES DEVIDAS.  
DOSIMETRIA DA PENA - EXASPERAÇÃO EXCESSIVA DA PENA-BASE EM RAZÃO DA QUANTIDADE DE DROGAS APREENDIDAS E DOS MAUS ANTECEDENTES - REDUÇÃO DA FRAÇÃO - CABIMENTO. RECURSO DO CORREU JUSCELINO PARCIALMENTE PROVIDO.

Consta dos autos que a paciente foi condenada como incurso no art. 33, *caput*, c/c o art. 40, inciso VI, ambos da Lei nº 11.343/06, à pena de 7 anos de reclusão, mais 700 dias-multa, em regime fechado (fls. 27/64).

Interposta apelação defensiva, a Corte local negou provimento ao recurso, determinando a expedição de mandado de prisão após o transcurso do prazo para interposição de embargos infringentes ou de declaração (fls. 65/81).

No presente *writ*, a defesa busca a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar, uma vez que a paciente é mãe de duas crianças menores de 12 anos.

Liminar indeferida à fl. 102.

Pedido de reconsideração não conhecido à fl. 187.

Prestadas as informações (fls. 117/185), manifestou-se o Ministério Público pelo não conhecimento da ordem (fls. 196/199).

É o relatório.

DECIDO.

Busca o impetrante a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar, uma vez que a paciente é mãe de duas crianças menores de 12 anos.

# *Superior Tribunal de Justiça*

No caso em apreço, constata-se que o pedido de substituição da prisão preventiva por domiciliar não foi submetido, tampouco apreciado pelo Tribunal local.

Nesse sentido, é inviável a apreciação de matéria não discutida pelas instâncias ordinárias diretamente por este Tribunal Superior, sob pena de indevida supressão de instância. Nesses termos:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. POSSIBILIDADE. ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. INOCORRÊNCIA DE EFEITO SUSPENSIVO. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. REGIME MAIS BRANDO. IMPOSSIBILIDADE. REINCIDÊNCIA. PROGRESSÃO DE REGIME. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

[...]

**4. A matéria referente à progressão de regime não foi examinada pelo Tribunal de 2º Grau, não podendo esta Corte Superior apreciá-la, diretamente, sob pena de indevida supressão de instância (AgRg no HC 426.076/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 12/09/2018).**

Ante o exposto, não conheço do *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator